



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
Secretaria Municipal de Assistência Social

ARTICULAÇÃO EM REDE: A FAMÍLIA EM EVIDÊNCIA

OFÍCIO CIRCULAR.Nº1/2024/CREAS

Juína, 31 de janeiro de 2024.

A Sua Excelência o(a) Senhor(a)
Gestor(a)

Assunto: Informativo Sobre Medida Socioeducativa em Meio Aberto

Senhor(a) Gestor(a),

Seguindo meu cumprimento, vimos por meio desta encaminhar informações sobre a Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço a Comunidade, em Meio Aberto acompanhada pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS), no qual o devido setor, instituição e/ou outro, se faz necessário para a efetivação do cumprimento da medida socioeducativa supracitada.

Por fim, o Centro de Referência Especializado de Assistência Social, vem através desta, solicitar e firmar parceria para que neste local ou unidades interligadas e/ou geridas por esta, venham a receber os adolescentes em cumprimento de Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço a Comunidade objetivando principalmente a ressocialização do(a) adolescente em conflito com a lei, a aprendizagem e desenvolvimento de conhecimentos relativo a área do cumprimento, e talvez até a sua futura profissionalização na instituição de cumprimento da sua medida socioeducativa.

Respeitosamente,


Ana Paula Ferreira Miranda
Coordenadora do CREAS



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
Secretaria Municipal de Assistência Social

ARTICULAÇÃO EM REDE: A FAMÍLIA EM EVIDÊNCIA

O Serviço de Medida Socioeducativa (MSE) em meio aberto realiza o acompanhamento do cumprimento da medida socioeducativa de Prestação de Serviço à Comunidade, que se fundamenta no atendimento especializado, na escuta qualificada, no acompanhamento dos adolescentes e de suas famílias de forma integrada aos demais serviços socioassistenciais e às políticas setoriais de educação, saúde, trabalho, cultura, esporte e lazer.

Há um conjunto de normas do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE-Lei 12.594/2012) que regulam as medidas socioeducativas em meio aberto considerando o conjunto dos serviços das políticas setoriais que compartilham ações destinadas ao adolescente.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA-Lei 8.069/90), crianças são as pessoas na faixa etária entre zero e doze anos incompletos, e adolescentes, as pessoas que se encontram na faixa entre os doze e os dezoito anos de idade.

As medidas socioeducativas são aplicadas aos adolescentes entre doze e dezoito anos em razão de atos infracionais cometidos, e excepcionalmente estas poderão ser cumpridas entre os dezoito e os vinte e um anos, quando o ato infracional foi cometido antes dos dezoito anos.

Portanto, as medidas socioeducativas são respostas do Estado, restritivas de direitos e impostas ao adolescente em razão de uma conduta ilícita, assim definida pelo ordenamento jurídico brasileiro.

O fato de um adolescente estar cumprindo uma medida socioeducativa não faz com que deixe de ser titular de direitos. A sua condição pessoal não se reduz à circunstância do ato infracional praticado e imputar-lhe responsabilidade deve ser um meio de auxiliar na organização de seus referenciais de convivência social.

A medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade (PSC) é conhecida como medida socioeducativa em meio aberto porque não implica em privação de liberdade, mas em restrição de direitos, visando à responsabilização, à desaprovação da conduta infracional e à integração social.

A medida socioeducativa de Prestação de Serviços à Comunidade- PSC, art. 112, III do ECA, consiste na prestação de serviços comunitários gratuitos e de interesse geral por período não excedente a seis meses, devendo ser cumprida em jornada máxima de oito horas semanais, aos



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
Secretaria Municipal de Assistência Social

ARTICULAÇÃO EM REDE: A FAMÍLIA EM EVIDÊNCIA

sábados, domingos e feriados ou em dias úteis, não prejudicando a frequência escolar ou jornada de trabalho.

A medida socioeducativa de PSC poderá ser cumprida em hospitais, escolas, instituições socioassistenciais, instituições públicas e outros estabelecimentos congêneres, bem como programas comunitários ou governamentais. Essas instituições devem estar previamente definidas por meio de parcerias interinstitucionais, não existindo impedimento que sejam de âmbito federal, estadual, distrital e municipal.

É necessário que a execução de PSC seja organizada na rede de entidades parceiras públicas ou privadas, onde o adolescente desenvolverá suas atividades, que não se confundem com atividades laborais. O serviço deve ser prestado à comunidade e não à entidade, inclusive para evitar que, por desvio ou abuso na execução, a medida dê margem para exploração do trabalho do adolescente pela entidade, o que reafirma a necessidade de permanente acompanhamento de sua execução.

Assim, é importante que sejam selecionadas entidades públicas ou privadas adequadas ao cumprimento das atividades comunitárias vinculadas à medida, com possibilidade de tarefas variadas, ambiente acolhedor e uma boa convivência com o adolescente durante o cumprimento da medida, não sendo permitidas atividades fora do contexto educativo e de cunho constrangedor

A propósito, conforme o disposto no art. 67 do Estatuto da Criança e do Adolescente, não é permitido ao adolescente em cumprimento de medida de prestação de serviços à comunidade a realização de atividades consideradas perigosas, insalubres, penosas, ou outras expressamente proibidas a pessoas com idade inferior a 18 anos, devendo ser, de qualquer modo, sempre considerada a idade do adolescente e a sua maior ou menor capacidade/preparo para o desempenho das atividades previstas, assim como seus interesses.

As tarefas a serem executadas pelos adolescentes serão prestadas gratuitamente e visam à sua responsabilização, à ressocialização, à vivência de valores de coletividade, ao convívio com ambientes de trabalho e ao desenvolvimento de estratégias para a solução de conflitos de modo não violento. A medida, portanto, tem um caráter pedagógico e sua execução deve partir das novas experiências vivenciadas e do convívio do adolescente com outros grupos.

As entidades públicas ou privadas onde o serviço comunitário será efetivamente prestado devem ser preparadas para receber o adolescente, de modo



PODER EXECUTIVO
ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUÍNA
Secretaria Municipal de Assistência Social

ARTICULAÇÃO EM REDE: A FAMÍLIA EM EVIDÊNCIA

que não venham discriminar ou tratar o adolescente de forma preconceituosa, submetendo-o a atividades degradantes ou inadequadas. Estas entidades deverão atuar em interlocução com o Serviço de MSE em Meio Aberto, o CREAS, e acompanhar as atividades desenvolvidas pelos adolescentes em suas dependências.

FONTE: Caderno de Orientações Técnicas: Serviço de Medidas Socioeducativas em Meio Aberto. Secretaria Nacional de Assistência Social. Brasília, Distrito Federal: 2016